

NOTAS

¹ Para uma visão de conjunto do problema histórico e religioso cf. Raymond Bloch, *Les prodiges dans l'antiquité classique*, Paris, 1963, que atinge também (pp. 79-80, 84-5) a terminologia latina.

² Cf. nossa obra *Hittite et indo-européen*, 1962, p. 10 s.

³ "Le système sublogique des prépositions en latin", *Travaux du Cercle linguistique de Copenhague*, vol. V, 1949, pp. 177-185 = *Problèmes de linguistique générale*, Paris, 1966, pp. 132-139.

CAPÍTULO 7 RELIGIÃO E SUPERSTIÇÃO

Sumário: Não concebendo esta realidade onipresente, a religião como uma instituição separada, os indo-europeus não tinham um termo para designá-la. Nas línguas em que existe tal designação, é de grande interesse retratar o processo de sua constituição.

Em grego jônico, segundo Heródoto, o termo *thrēskeiē* aplica-se propriamente à observação de prescrições de culto. Desconhecido do ático, *thrēskeia* reaparece apenas mais tarde (primeiro século a.C.) para designar a "religião" como o conjunto de crenças e suas práticas. Nada é mais contestado, desde há muito tempo, do que a origem do termo latino *religio*. Mostramos aqui que, devido a razões tanto semânticas quanto morfológicas, a palavra tem relação com *relegere* "recoletar, retomar para uma nova escolha, retornar a uma síntese anterior a fim de recompô-la": *religio* "escrúpulo religioso" é portanto, em sua origem, uma disposição subjetiva, um movimento reflexivo relacionado a qualquer temor de caráter religioso. Historicamente falsa, a interpretação como *religare* "religar", inventada pelos cristãos, é significativa quanto à renovação da noção: *religio* torna-se "obrigação", união objetiva entre o fiel e seu Deus. Igualmente desconcertante é a designação da superstição: entre *superstes* "sobrevivente", "testemunha" e *superstitiosus* "adivinho", como definir *superstitio*? É originalmente a faculdade de testemunhar, de imediato, o que foi abolido, revelando o invisível. A evolução do termo para um sentido exclusivamente pejorativo, explica-se pelo descrédito em que caíram, em Roma, adivinhos, mágicos e "videntes" de toda espécie.

Tais foram os desvios imprevisíveis que intervieram na formação da dupla, a partir de então, fundamental *religião-superstição*.

Todos os dados léxicos examinados nesses últimos capítulos derivam de uma noção central: a de *religion*. Como definir,

segundo o vocabulário indo-europeu, o que chamamos de “religião”?

Não existe — é uma constatação imediata — um termo indo-europeu comum para “religião”. Ainda, historicamente, diversas línguas indo-européias são desprovidas desse termo, o que não é de surpreender; é a própria natureza dessa noção que não se presta a uma denominação única e constante.

Se é verdade que a religião é uma instituição, essa instituição, no entanto, não está nitidamente separada das outras, nem fora delas. Somente é possível conceber claramente, ou seja, denominar a religião, a partir do momento em que é delimitada, ou quando ela tem um domínio distinto, quando se sabe o que lhe pertence e o que lhe é estranho. Ora, nas civilizações que estamos estudando, tudo está imbuído de religião, tudo indica um signo, um jogo ou um reflexo das forças divinas. Fora das congregações especializadas, não se tem necessidade de um termo específico aplicado ao conjunto de cultos e crenças, e é por isso que, para denominar “religião”, encontramos apenas termos que resultam de uma criação independente. Não temos nem certeza de ouvi-los segundo sua verdade. Quando traduzimos por “religião” a palavra sânscrita *dharma* “regra” ou a palavra do eslavo antigo *věra* por “crença”, não estamos cometendo o erro de extrapolar? Manteremos somente dois termos, um em grego e o outro em latim, que podem passar por equivalentes de “religião”.

A palavra grega *thrēskeia* é, propriamente, a um só tempo, o culto e a piedade. Existe uma singular história em grego. Para Van Herten,¹ *thrēskeia* se aplicaria apenas a cultos estrangeiros. Na realidade, na época de Augusto, a palavra designa todo culto, nativo ou estrangeiro. A palavra é antiga. Aparece pela primeira vez em Heródoto, depois desaparece completamente da tradição para reaparecer somente na época de Estrabão; a partir daí, os exemplos se multiplicam tanto nos textos como nas inscrições. Vocábulo, propriamente, jônico, não encontrou seu caminho em ática, mas em seguida teve um benefício redobrado, pois passou a ser o termo mais cômodo para designar um conjunto de crenças e práticas de culto.

Os primeiros usos, dois de *thrēskeiē*, dois do atual *thrēskeúein*, todos no livro II de Heródoto, referem-se às observâncias: “Os

egípcios, vizinhos da Líbia, não aceitavam a *regulamentação* do sacrifício e em particular a proibição da carne de vaca” (II, 18; trad. Ph.-E. Legrand).

Alhures, Heródoto indica as regras de pureza física às quais se sujeitavam os sacerdotes egípcios. Depois acrescenta: “eles observam mil outras *thrēskeias*” (II, 37); práticas impostas aos sacerdotes. Este também é o sentido do verbo *thrēskeiō* (II, 64, 65) “seguir minuciosamente as prescrições religiosas”, sempre com relação aos egípcios. A idéia é, pois, de “observância”, noção de prática e não de crença. Podemos remontar um pouco mais longe na história da palavra graças a poucos testemunhos. O substantivo *thrēskeia* deriva, curiosamente, de um presente em *-skō*, que vimos na forma de comentário em Hesíocle: θρήσχω · वोῶ e também θράσχειν · ἀναμνήσχειν “fazer lembrar”. Por sua vez *thrēskō* é suscetível de análise; repousa sobre um **thrēō* confirmado por ἐνθρεῖν · φυλάσσειν “vigiar, observar”. Podemos acrescentar ainda um elo a esta série de formas: *thrēō* supõe uma raiz **ther-*, o que possibilita conectar o adjetivo negativo *atherēs* glosado *anōēton* (“insensato”) e, o que é mais interessante, *anōsion* “ímpio”.

Finalmente, *atherēs* está na origem do presente homérico *atherizō* “fazer pouco caso de, negligenciar”.

Todos esses dados encadeiam-se e completam a noção evocada pela palavra *thrēskeia*: “observância, regra de prática religiosa”. Liga-se a um tema verbal chamando atenção ao rito, a preocupação de ser fiel a uma regra. Não é a “religião” em seu todo, mas a religião restrita às obrigações do culto.

Abordamos agora o segundo termo, infinitamente mais importante sob todos os aspectos: é o latino *religio*, que permanece, em todas as línguas ocidentais, palavra única e constante, para a qual jamais houve equivalente ou substituto.

Que significa *religio*? Discute-se sobre isso desde a Antigüidade. Os antigos não chegavam a um acordo; os modernos permanecem divididos. Hesita-se entre duas explicações que

alternativamente se afirmam, encontram novos defensores, mas não permitem uma escolha decisiva. São representadas, uma delas por Cícero que, em seu texto reproduzido mais adiante, liga religio a legere, “colher, congregar”, a outra por Lactâncio e Tertuliano, que explicam religio por ligare “ligar”. É ainda entre *legere e ligare* que se dividem os autores atuais.

Citamos apenas os principais estudos. À explicação de Cícero aderiu W. Otto,² seguido por J. B. Hofmann.³ No sentido contrário, o dicionário de Ernout-Meillet se pronuncia nitidamente por *religare*, assim como o artigo *religio* do Pauly-Wissowa.⁴ Outros permanecem incertos: W. Fowler⁵ faz uma boa análise descritiva do sentido de *religio*, mas com referência à etimologia cita a opinião de Conway, para quem “tanto uma como outra explicação pode ser defendida”.

Eis o texto de Cícero que deve dominar toda discussão (*De natura deorum* II, 28, 72):

Qui autem omnia quae ad cultum deorum pertinerent diligenter retractarent et tanquam relegerent, sunt dicti religiosi ex relegendo ut elegantes ex eligendo, ex diligendo diligentes. His enim in uerbis omnibus inest uis legendi eadem quae in religioso. *Os que retomaram (retraciarent) diligentemente e de certa maneira relegerent todas as coisas que se referem ao culto dos deuses, foram chamados de religiosos de legere, assim como elegantes de eligere e diligentes de diligere. Todas essas palavras têm, com efeito, o mesmo significado de legere e religiosos.*

No sentido inverso, para Lactâncio, a religião é um “vínculo” de piedade que nos “religa” à divindade, uinculo pietatis obstricti et religati sumus. A opinião de Lactâncio é adotada por Kobbert que define *religio* “como uma força externa ao homem, um tabu relacionado a certas épocas, a certos lugares, a certas coisas, e pelo qual o homem privado de sua vontade é ligado, atado”.

Inicialmente é necessário nos perguntarmos o que *religio* designa realmente, quais seus empregos próprios e constantes.

Basta lembrar alguns exemplos dentre os mais marcantes. Originalmente, *religio* não designa a “religião” em seu todo, isso é certo.

Um antigo fragmento de uma tragédia perdida de L. Áccios nos conservou estes dois versos:

Nunc, Calcas, finem religionum fac: desiste exercitum morari meque

ab domuitione, tuo obsceno omine

(Non. 357,6 = *Astyanax* fr. V. Ribbeck)

“Ponha um fim, Calcas, às tuas *religiões*: deixe de retardar o exército e de me impedir de voltar à minha casa, por teu sinistro presságio.”

As *religiões* do adivinho Calcas, nascidas de um presságio sinistro, forçam o exército a permanecer no lugar e impedem o herói de regressar à sua casa. Vemos que *religio*, termo da linguagem dos augúrios, designa um “escrúpulo relativo aos *omina*”, assim, pois, uma disposição subjetiva. Assim também aparece o traço dominante de *religio* em seus empregos “laicizados”.

Plauto, *Curculio* 350: *uocat me ad cenam; religio fuit, denegare uolui* “Ele me convida a jantar: *tive escrúpulos*, quis recusar”. Em Terêncio (*Andrienne* 941), Cremes é colocado na presença de uma jovem, sua própria filha que tinha como perdida; ele hesita em reconhecê-la: *At mihi unus scrupulus restat, qui me male habet* “Resta-me um escrúpulo que me atormenta”, diz ele; e o outro responde: *dignus es cum tua religione, odio: nodum in scirpo quaeris* “tu merecerias, com tua *religio* ser odiado: procura dificuldades onde não existem” (literalmente: “tu buscas um nó num junco”). *Religio* retoma *scrupulus*. Daí vem a expressão *religio est* “ter escrúpulo” e também *religioni est* ou *religio tenet* com uma proposição infinitiva: *religioni est quibusdam porta Carmentali egredi* (Festo, 285 M.) “alguns têm escrúpulo (em tal circunstância) de sair pela porta Carmental.”

Seu uso é constante na época clássica. Por exemplo, no decorrer de uma eleição, o primeiro recenseador de votos morre subitamente; todo o processo deveria ser suspenso; Graco decide, no entanto, prosseguir, embora note *rem illam in religionem*

populo uenisse, “que a coisa desperta uma ‘inquietude’, um escrúpulo no coração das pessoas” (Cícero, *Nat. Deorum*, II, 4, 10). A palavra é freqüente em Tito Lívio, amiúde com relação a fenômenos religiosos: *quod demouendis statu suo sacris religionem facere posset*: “um feito que poderia induzir a ter escrúpulo de mudar o lugar de certos cultos” (IX, 29, 10): alusão ao castigo dos Potícios que abandonaram o culto a Hércules; *adeo minimis etiam rebus praua religio inserit deos* “tanto é verdade que um escrúpulo desviado envolve os deuses com coisas de menor importância” (XXVII, 23, 2).

O culto a Ceres, declara Cícero, deve ser realizado com o mais metucioso e cuidadoso dos ritos segundo o desejo dos ancestrais: *sacra Cereris summa maiores nostri religione confici caerimoniaque uoluerunt* (Balb. 24, 55).

O significado de *religio*, que encontraríamos em diversos outros exemplos, é confirmado pelo derivado *religiosus* “escrupuloso quanto ao culto, fazendo um caso de consciência dos ritos”. Que *religiosus* pode se dizer do próprio culto, isso é ensinado por diversos eruditos romanos: *religiosum quod propter sanctitatem aliquam remotum ac sepositum a nobis sit* “é religioso aquele que em virtude de uma certa *sanctitas* se encontra separado e afastado de nós” (Masúrio Sabino *apud* Aulo Gélío, N. A. 4, 9); *religiosum esse Gallus Aelius ait quod homini facere non liceat, ut si id faciat contra deorum uoluntatem uideatur facere*: “é ‘religioso’ o que não é permitido aos homens fazer, de modo que, se o fizerem, parecem ir contra a vontade dos deuses” (Festo, p. 278 Mull.).

Em resumo, *religio* é uma hesitação que detém, um escrúpulo que impede, e não um sentimento que leva a uma ação, ou que incita a praticar o culto. Parece-nos que esse sentido, demonstrado pelo uso antigo sem a menor ambigüidade, impõe apenas uma interpretação para *religio*: a de Cícero que alia *religio* a *legere*.

Examinemos de mais perto a forma de *religio*. Pode-se somente explicar *religio* por *ligare*? Nossa resposta é negativa por diversas razões:

1. Jamais houve um abstrato de *ligare* **ligio*; o abstrato de *religare* é *religatio*; ao contrário, temos o testemunho conclusivo da palavra *legio* em favor de *legere*.

2. É um fato pouco observado que os abstratos em *-io* se formam geralmente a partir de verbos da terceira conjugação, e não da primeira, assimtemos: *ex-cidio*, *regio*, *dicio*, *usu-capio*, *legi-rupio* (*rumpere*), *de-liquio* (*linquere*), *obliuio* (**obliuere*, *obliuisci*), e também *legio*.

3. A citação de um autor antigo já resolveria a questão: *religentem esse oportet, religiosus nefas (ne fuas?)* “deve ser *religens*, não *religiosus*” (Nigídio Fígulo *apud* Aulo Gélío, N. A. 4, 9, 11). Pouco importa aqui se a tradição da última palavra esteja corrompida. A forma *religentem* de *lego*, *legere* mostra claramente a origem de *religiosus*.

Todas essas razões teriam surgido desde muito se o verbo **religere* tivesse deixado outras provas de sua existência além do particípio *religens*, para basear a relação entre *religio* e *legere*. Mas podemos também discorrer sobre verbos com a mesma formação, como *intelligo* e *diligo*, os quais Cícero já havia aproximado na passagem citada anteriormente: *his enim uerbis omnibus inest uis legendi eadem quae in religioso* “em todas essas palavras (*diligo*, *intelligo*) encontra-se o mesmo sentido de *legere* que temos em *religiosus*”.

Com efeito, *legere* “recolher, reconduzir a si, reconhecer” suscetível de muitas aplicações concretas, presta-se também, com diversos prefixos, para designar os procedimentos da inteligência, as atitudes de sentimento. O contrário de *lego* é enunciado por *neg-ligo* “não se preocupar com”; *diligo* é “recolher isolando, com preferência, estimar, amar”; *intelligo* “recolher escolhendo, reter pela reflexão, compreender”; a “inteligência” não é a capacidade de escolha e de síntese?

Dessas aproximações podemos inferir o sentido de *religere* “recoletar”; quer dizer: “retomar para uma nova escolha, retornar a uma conduta anterior”; é uma boa definição do “escrúpulo” religioso. Tanto é conveniente ser *religens*, dizia Nigídio Fígulo, “preocupar-se” com assuntos religiosos, quanto é negativo ser *religiosus*, ser sempre levado ao escrúpulo. Recomendar uma escolha já feita (*retractare*, declara Cícero), revisar a decisão que daí resulta, tal é o sentido próprio de *religio*. Indica uma disposição interior e não uma propriedade objetiva de determinadas coisas ou um conjunto de crenças e práticas. A

religio romana, em sua origem, é essencialmente subjetiva. Não é por acaso que somente nos autores cristãos aparece a explicação de *religio* como *religare*. Lactânio insiste nisso: *nomen religionis a uinculo pietatis esse deductum, quod hominem sibi Deus religauerit et pietate constrinxerit* “o termo *religio* foi tirado da ligação da piedade, porque Deus se *liga* ao homem e o prende pela piedade”. É porque mudou o conteúdo de *religio*. Para um cristão, o que caracteriza a nova fé, em relação aos cultos pagãos, é a ligação da piedade, essa dependência do fiel diante de Deus, essa obligation no sentido próprio da palavra. O conceito de *religio* é remodelado sobre a idéia que o homem tem, a partir daí, de sua relação com Deus; idéia totalmente diferente da antiga *religio* romana, e que prepara a acepção moderna. Eis o essencial sobre a história e a origem da palavra *religio*, tais como o ensino, os usos e a forma da palavra.

A análise do significado de *religio* contribui para esclarecer o termo que para os romanos passava por seu contrário: *superstitio*. Com efeito, a noção de “religião” pede, por assim dizer em contraste, a noção de “superstição”.

É uma noção curiosa e que só pôde surgir em uma civilização e época em que o espírito podia se distanciar bastante dos assuntos da religião para apreciar as formas normais e as formas exageradas da crença ou do culto. Existem apenas duas sociedades onde se pode observar semelhante atitude, em que, de maneira independente, criaram-se termos para expressá-la.

Em grego, a noção é expressa pelo composto *deisidaimonía*, derivado abstrato de *deisidaimôn*, exatamente “quem teme os *daímones*”. Este composto, no curso da história, tem dois significados diferentes: inicialmente, “quem teme os deuses (*daímones*)”, como se deve temê-los, quem respeita a religião e é devoto de suas práticas; depois, sob o efeito de um duplo processo semântico, “supersticioso”. De um lado, *daímon* tomou o significado de “demônio”; além disso, a prática religiosa se complica com observâncias cada vez mais minuciosas em que intervêm a magia bem como influências estrangeiras. Paralelamente, afirmam-se escolas filosóficas que, separadas dos assuntos da religião, fazem a distinção entre o culto verdadeiro e as práticas puramente formais.

É interessante seguir essa evolução no grego: mas resulta de uma tomada de consciência bastante tardia e limitada.

A palavra *superstitio*, por outro lado, com o adjetivo derivado *superstitiosus*, teve a mesma sorte que *religio* ao qual se opõe. É o termo que, para nós os modernos, fixou a noção. Aparentemente, o termo é claro em sua estrutura formal. Mas falta — e muito — para que sua significação se nos apresente tão claramente.

Por um lado, a palavra teve diversas acepções mesmo em latim. Mas nenhuma delas concorda com o significado dos elementos do composto; não vemos como a partir de *super* e de *stare* tenha saído o sentido de “superstição”.

A partir de sua forma, *superstitio* deveria ser o abstrato correspondente a *superstes* “sobrevivente”. Mas como relacioná-los? Pois *superstes* não significa somente “sobrevivente”, mas em certos usos bem confirmados, “testemunha”. A mesma dificuldade se dá com *superstitio* em sua relação com *superstitiosus*. Admitindo-se que *superstitio* tenha sido, de algum modo, levado a significar “superstição”, como conceber que *superstitiosus* tenha o significado não de “supersticioso” mas de “adivinho”, “profético”?

Verificamos a complexidade do problema, limitado quanto à extensão de sua formação, mas de grande consequência para a história das crenças. É por isso que a palavra foi muitas vezes analisada, discutida e explicada em direções muito diversas. Resumimos brevemente essas interpretações para melhor apreciar todos os elementos da discussão.

a) A interpretação literal por *superstes* “sobrevivente” leva *superstitio* ao sentido de “sobrevivência”. *Superstitio* indicaria então um “resquício” de uma antiga crença que, na época em que é considerada, parece supérflua. Em nossa opinião, essa explicação baseia-se num contra-senso histórico: seria emprestar aos antigos, e antes da tradição histórica, a atitude de espírito e o senso crítico do século XIX ou de nossos etnógrafos modernos, que possibilitam discernir na religião “sobrevivências” de uma época mais antiga e que não se harmonizam com o resto; aliás, não se compreende assim o sentido particular de *superstitiosus*.

b) No estudo de Otto sobre *religio*, citado anteriormente, a palavra *superstitio* também é considerada. O autor define o

significado segundo os mais antigos escritores, mas não o explica com os recursos do vocabulário latino; ele acha que *superstitio* é simplesmente a tradução de uma palavra grega: seria a cópia latina de *ékstasis* “êxtase”. Uma conclusão surpreendente, visto que *ékstasis* não tem qualquer relação nem de forma nem de conceito com *superstitio*. O prefixo *ek-* não corresponde a *super*; a bruxaria, a magia são alheias ao sentido de *ékstasis*. Finalmente, na época em que surge a palavra *superstitio* em latim excluiu-se qualquer influência filosófica em sua formação. De fato, essa interpretação não foi mantida.

c) Segundo Müller-Graupa,⁶ *superstes* é um eufemismo de “os espíritos dos mortos”: os mortos continuam vivos; podem aparecer a qualquer momento; daí viria sua qualificação como *superstes* “sobreviventes”, originando *superstitio* “Dämonenwesen, essência demoníaca”, e também, “crença nos demônios”: *superstitiosus* significaria “cheio de elementos demoníacos, possuído por maus espíritos”; depois, numa época de racionalismo, a palavra teria designado a crença em fantasmas. O autor percebeu que sua explicação já tinha sido proposta por Schopenhauer, para quem os mortos “sobreviviam” (*superstites*) a seu destino; *superstitio* seria a qualidade de *superstites*.

Essa concepção é inteiramente gratuita; *superstes* nunca teve essa relação com a morte; não se vê um morto “sobreviver” dessa maneira nem que jamais tenha sido qualificado de *superstes*. Na religião romana, se os mortos têm uma vida, não é uma vida de sobrevivência, mas uma vida com outra essência. Finalmente, *superstitio* não designa a crença no demônio; essa intrusão do demoníaco e do demônico na noção de *superstitio* é uma pura visão do espírito.

d) Buscaram-se outras explicações por caminhos diferentes. Margadant⁷ parte do significado de “testemunha” próprio a *superstes* e procede igualmente com *superstitiosus* no sentido de “adivinho, profeta”. *Superstes*, de “testemunha” teria passado para *superstitiosus* no sentido de “wahrsagend, profético”, por intermédio de “*qui diuinitus testatur*”, “aquele que é testemunha da divindade”. É uma idéia estranha; não se deve introduzir a noção de “testemunho” no domínio do divino, nem colocar o jurídico em relação com a vidência. Aquele que é dotado de facul-

dades divinatórias não é, aos olhos dos romanos, uma “testemunha” da divindade como o será o “mártir” cristão. Aliás, ainda não obtivemos uma explicação do sentido próprio de *superstitio*.

e) Enfim, uma última explicação foi proposta por Flinck-Linkomies⁸: “*superstitio* evoluiu a partir do sentido de superioridade (Überlegenheit, super-stare, estar acima) por intermédio do “poder divinatório, feitiçaria”, para chegar ao significado de “superstição”. Não entendemos por que “superioridade” leva à “feitiçaria”, nem como se vai de “feitiçaria” a “superstição”.

Essa é a atual situação do problema. Aqui como em todos os casos semelhantes, não se admite uma explicação a não ser que ela se aplique a todos os significados, concedendo-os de maneira racional e que ela se baseie na exata significação dos elementos componentes.

Tomemos os dois termos, o primeiro e o último, *superstes* e *superstitiosus*, visto que o intermediário *superstitio* nos fornece apenas um substantivo já fixado no sentido que se trata de esclarecer. Existem, com efeito, entre o termo de base *superstes* e o derivado *superstitiosus*, diferenças que nos informam sobre o significado próprio.

Como *superstes*, adjetivo de *superstare*, pode significar “sobrevivente”? Este atém-se ao sentido de *super* que não está própria nem somente “acima de”, mas também “além de”, de modo a abranger ou a fazer um avanço, conforme o caso: *satis superque*, é “bastante e além, bastante e mais do que bastante”; o *supercilium* não está apenas “acima dos cílios”, e, além disso, os protege. A própria noção de “superioridade” não marca apenas o que está “acima”, mas algo a mais, uma progressão em relação ao que se encontra abaixo. Assim também, *superstare* significa “manter-se muito mais longe do que, subsistir além de”, de fato, além de um acontecimento que suprimiu o resto. A morte ocorreu em uma família; os *superstites* subsistiram além do fato; aquele que passou por um perigo, uma prova, um período difícil, que sobreviveu, é *superstes*. “Pergunto-me, diz um personagem de Plauto a uma mulher, por que tu ainda *sobrevives* a teu marido” *ut uiro tuo semper sis superstes* (Cas. 817-818).

Não é o único emprego de *superstes*; “subsistir muito mais longe que” não é somente “ter sobrevivido a uma desgraça, à

morte”, mas também “ter passado por um acontecimento qualquer e subsistir *multo mais além* desse acontecimento”, portanto, de ter sido “testemunha” de tal fato. Ou ainda, “que se mantém (*stat*) sobre (*super*) a mesma coisa, que assiste ao fato; que está presente”. Tal será, com relação ao acontecimento, a situação da *testemunha*. Vemos aqui a explicação de *superstes* como “testemunha” que é muitas vezes confirmada, por exemplo, num fragmento de uma peça perdida de Plauto. *Nunc mihi licet quiduis loqui: nemo hic adest superstes* (Plauto *in Artemone apud Festo*, 394, 37): “Agora, diz o personagem, tenho o direito de dizer tudo o que quero; não há nenhuma *testemunha*, estou livre para falar.” Este uso não é isolado e outros testemunhos podem assegurar que é muito antigo. Em *Festo*, *loc. cit.*, *superstites* significa “as testemunhas, os presentes”: *superstites, testes, praesentes significat; cuius rei testimonium est quod superstibus praesentibus ii inter quos controuersia est uindicias sumere iubentur* “*superstites* significa *testes, praesentes*; a prova disso é que aqueles entre os quais se deu um litígio recebem ordem de formular uma reivindicação na presença de testemunhas”, *superstibus praesentibus*. Cícero (*Pro Murena*, 12) reproduz uma antiga fórmula em uso quando da consagração das normas: *utrisque superstibus istam uiam dico*; Seruio confirma-o (*ad Aen.* III, 339): *superstes praesentem significat*.

Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente *testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (**terstis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; é essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: “todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como uma terceira pessoa”; assim, o deus Mitra é por natureza a “testemunha”. Mas *superstes* descreve a “testemunha” seja como aquele “que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo sobrevivente, seja como “aquele que se mantém no fato”, que está aí presente.

Vemos agora o que pode e deve significar teoricamente *superstitio*, a qualidade de *superstes*. É a “propriedade de estar presente” como “testemunha”. Resta agora explicar a relação entre o sentido postulado e o que constatamos historicamente. *Superstitio*, com efeito, é com freqüência associado a *hariolatio*

“predição, profecia”, fato de ser “adivinho”; com mais freqüência ainda *superstitiosus* acompanha *hariolus* “adivinho”. Plauto bem o demonstra. Um parasita cego explica sua doença: “Perdi meu olho numa luta”; o outro responde: “Pouco me importa se tivestes o olho vazado numa luta ou por um potê atirado em teu rosto — Como!, exclama o parasita, este homem é um adivinho, ele adivinhou certo!”: *superstitiosus hic quidem est; uera praedicat* (*Curc.* 397). A “verdade” é o fato de “adivinhar” aquilo que não foi assistido. Igualmente, *illic homo superstitiosus* (*Amph.* 322). No *Rudens* 1139 ss., trata-se de uma mulher; um dos personagens diz:

— *Quid si ista aut superstitiosa aut hariolast atque omnia quidquid inerit uera dicet?*

“E se esta mulher for *superstitiosa* ou *hariola* e se ela disser verdadeiramente tudo o que há (na caixa de jóias)?”

— *Non feret, nisi uera dicet: nequiquam hariolabitur.*

“Ela só o obterá se disser a verdade; a feitiçaria não conseguirá nada.”

Percebemos a solução: *superstitiosus* é aquele “dotado da virtude de *superstitio*”, isto é, “qui uera praedicat”, o adivinho, aquele que fala de um fato passado como se ele tivesse estado realmente presente: a “adivinhação” nesses exemplos não se aplica ao futuro, mas ao passado. *Superstitio* é o dom de uma segunda visão que possibilita conhecer o passado como se se tivesse estado presente no acontecimento, *superstes*. Eis por que *superstitiosus* enuncia a propriedade de “dupla visão” que é atribuída aos “videntes”, aquela de ser “testemunha” de acontecimentos aos quais não assistiu.

A palavra é sempre associada no uso comum de *hariolus*, mas é na linguagem dos adivinhos que deve ter adquirido o sentido de “presença” (mágica). Aliás, é sempre nos vocabulários especiais que as palavras ganham seu significado técnico. Temos um exemplo em francês com a palavra *voyant* (vidente) “aquele que é dotado de visão”, mas além da visão comum, “é dotado da segunda visão”.

Assim, os termos se ordenam regularmente: *superstes*, o que pode passar por “testemunha” por ter assistido a um fato realizado; *superstitio*, “dom de presença”, faculdade de teste-

munhar como se tivesse estado presente; *superstitiosus*, aquele que é dotado de um “dom de presença”, que lhe permite ter estado no passado: é o sentido que constatamos em Plauto.⁹

Mas como explicar o significado moderno? Na realidade, ele aparece por último na história semântica da palavra. Do sentido que acabamos de descrever — e que deve ter surgido na linguagem dos adivinhos — àquele que nos é familiar, a evolução se deixa retrair. Os romanos tinham horror às práticas divinatórias; consideravam-nas charlatanismo; os feiticeiros, os adivinhos eram desprezados, e além disso, na maioria, vinham de países estrangeiros. *Superstitio*, associado ao fato de práticas reprovadas, tomou uma nuance desfavorável. Apontou, em boa hora, as práticas de uma falsa religião consideradas vãs e baixas, indignas de uma mente equilibrada. Os romanos, fiéis aos augúrios oficiais, sempre condenaram o recurso à magia, à adivinhação, às práticas consideradas pueris. Então, com base nesse sentido de “crenças religiosas desprezíveis”, formou-se um novo adjetivo com uma nova derivação a partir da palavra de base: *superstitiosus*, “que se entrega à *superstitio*” ou se deixa influenciar por ela. Daí se tirou uma nova idéia de *superstitio* como antítese de *religio*; produzindo o novo adjetivo *superstitiosus* “supersticioso”, totalmente diferente do primeiro, antitético de *religiosus* com a mesma formação. Mas foi a visão esclarecida, filosófica dos romanos racionalistas que dissociou *religio*, o escrúpulo religioso, o culto autêntico, de *superstitio*, forma deteriorada, pervertida, da religião.

Assim se define a ligação entre os dois valores sucessivos de *superstitio*, refletindo inicialmente a situação das crenças populares, depois a atitude dos romanos tradicionais com relação a essas crenças.

NOTAS

¹ J. Van Herten, *Threskela, eulábeia, hikétēs*, diss. Utrecht, 1934. A documentação foi enriquecida e a história da palavra definida por Louis Robert, *Études épigraphiques et philologiques*, 1938, p. 226 ss.

² Estudo sobre *religio* e *superstitio* publicado em *Archiv für Religionswissenschaft*, XII, 533; XIV, 406.

³ *Lat. etym. Wb.*, I, 352.

⁴ O autor, M. Kobbert, retoma o essencial de uma dissertação sobre o assunto (1910) do qual é o autor.

⁵ *Transactions* do 3º Congresso Internacional da História das Religiões, t. II.

⁶ *Glotta*, XIX, 1930, p. 63.

⁷ *Indogermanische Forschungen*, 48, 1930, p. 284.

⁸ Na revista *Arctos*, 2, p. 73.

⁹ Esta solução foi esboçada na *Revue des Études Latines*, 16, 1938, p. 35.